

UTOPISMO OU CAMINHO PARA A TRANSIÇÃO DAS CIDADES: CORRELAÇÕES ENTRE O URBANISMO SUSTENTÁVEL E O PARADIGMA RURAL-URBANO

Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho (UFF)

Introdução.

No pensamento linear, quando algo funciona, conseguir mais disso é sempre melhor. Entretanto, os sistemas vivos bem sucedidos são altamente não-lineares. Eles não maximizam as suas variáveis, eles as otimizam. Quando algo é bom, uma quantidade maior desse algo não será necessariamente melhor, uma vez que as coisas andam em círculos, não em linhas retas. A questão não é ser eficiente, mas ser sustentável (CAPRA, 2006, p.48).

O rápido crescimento das cidades está fazendo com que o mundo se torne, a cada dia, mais urbano. Pela primeira vez na história da humanidade, as cidades passaram a abrigar mais pessoas do que o campo. Segundo Rogers (2001, p.4), essa proporção pode chegar, em duas ou três décadas, a três quartos dos habitantes do planeta. Num período de sessenta anos, por exemplo, a população urbana brasileira saltou de 40% (1950) para 80% (2010), segundo dados do IBGE, o que levou um país predominantemente rural a se equiparar, em níveis de urbanização, com os países mais desenvolvidos. Com a urbanização, as cidades cresceram em população e também em território, inaugurando novos padrões de uso e ocupação do solo e transformando o modo do homem interagir com a natureza. A vida do campo deixou de ser o padrão, as paisagens bucólicas, as práticas cotidianas menos intensas, as relações de troca por demandas e não para atender ao consumismo, a identificação do homem com a terra, com seu território, o senso de comunidade e os valores culturais locais, dentre outros aspectos, foram substituídos pelos padrões da *urbe*, da vida nas cidades. Os espaços, para o urbano, tornaram-se mais densos, mais intensos e, ao mesmo tempo, dispersos e fragmentados. As dinâmicas do meio urbano foram levadas para áreas cada vez mais afastadas dos centros, possibilitando a expansão das cidades sobre áreas verdes e, inclusive, zonas rurais.

Para Mumford (1998, p.644), essas mudanças teriam marcado a passagem de “um sistema orgânico para um sistema mecânico, do crescimento propositado para a expansão sem propósito”. O autor, ao analisar estudos de Patrick Geddes sobre os ciclos urbanos, afirma que as cidades, e os grandes conjuntos de cidades (como as metrópoles), combinam apenas com a riqueza e a pobreza, ambas concentradas. É preciso destacar, no entanto, que a riqueza se deu,

em princípio, à custa da pauperização do planeta. O homem, para se tornar urbano, para dar lugar à infraestrutura das cidades e abrir caminho para o seu desenvolvimento, transformou, suprimiu e esgotou recursos naturais de seu território. Com isso, deixou de lado importantes finalidades humanas, como conforto e bem-estar. Hoje, grandes cidades podem ser tanto um sinônimo de modernidade e progresso, quanto de conflitos e tensões, que se agravam com a ausência de um pensamento urbanístico sustentável.

As utopias e o urbanismo sustentável.

Nós precisamos da natureza em nossa vida todos os dias. Não é uma opção, é essencial. As cidades precisam e podem oferecer qualidade de vida para que as pessoas sejam saudáveis – física, mental e espiritualmente (Herzog, 2013, p.23).

O alarde de Herzog tem fundamento, é preciso encontrar novos modos de olhar a natureza, novas formas de (re)produzir cidades e de integrar sistemas urbanos e naturais. Ou seja, é preciso repensar a relação do homem com seu meio, observar as necessidades de cada indivíduo (sobre o senso coletivo) e compreender a importância da biodiversidade para a vida humana. As propostas associadas ao desenvolvimento sustentável ou ao ecodesenvolvimento¹ – que é um termo mais adequado, segundo Sachs (1986) – estão sendo apresentadas como a mais factível saída para os problemas do meio urbano. O sucesso dos projetos sustentáveis, no entanto, pode variar segundo o grau de abrangência das propostas. O que acaba contribuindo para a produção de espaços e objetos sustentáveis muito divergentes e nos permite questionar, inclusive, a incontestabilidade dessa sustentabilidade.

Devemos nos concentrar, portanto, em aspectos que possam realmente conduzir as nossas sociedades ao crescimento sustentável. Precisamos compreender melhor a importância do campo para a cidade e para a obtenção da sustentabilidade, ou seja, é preciso perceber as verdadeiras contribuições das áreas rurais para o sustento e também para a qualidade de vida da população. Para alguns autores, como Sachs (2007), as cidades precisam de uma estratégia global de ocupação do território, que inclua, necessariamente, a existência de áreas dedicadas à atividade rural (à produção de alimentos). Para outros autores, no entanto, os atuais avanços das técnicas e das tecnologias de produção podem ajudar a suprimir as principais demandas do meio urbano. Em *New York*, por exemplo, existem hoje inúmeros edifícios que utilizam a

¹ O termo foi usado por Maurice Strong, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), e, em seguida, ampliado por Ignacy Sachs. O ecodesenvolvimento é um desenvolvimento endógeno, que depende de suas próprias forças e deve se adequar às necessidades da população. Deve conhecer sua dimensão ecológica e estabelecer a harmonia entre o ser humano e o ambiente natural (Sachs, 1986).

sua cobertura para a implantação de hortas urbanas comunitárias². Uma iniciativa que ajuda a isolar as edificações do frio e do calor, favorece a absorção da água da chuva e permite que as cidades com poucas ou nenhuma área agriculturável possam produzir alimentos orgânicos em seus próprios limites urbanos. Nos dois casos, a dependência campo-cidade permanece, mas abrem-se novas possibilidades de explorá-la.

Há, no entanto, conforme indica a citação inicial de Capra (2006), uma diferença entre a sustentabilidade e a eficiência que deve ser mais aprofundada. Para compreendermos suas correlações e suas divergências, teremos que nos debruçar sobre importantes exemplos do planejamento urbano-ambiental. Propostas que tratam dos aspectos sociais, econômicos e ambientais associados ao desenho da paisagem, direcionam suas diretrizes para o bem-estar, para o sustento e para os impactos dos assentamentos, e incluem, de algum modo, a relação cidade-campo (homem-natureza) em seu escopo.

A Cidade-jardim – a versão seminal da cidade-campo.

Há quem pense, ainda hoje, que seu intento era confinar as pessoas em cidadezinhas isoladas em pleno campo, quando ele simplesmente propunha o planejamento de conurbações com centenas de milhares, quiçá milhões de habitantes (Hall, 2005, p.103).

A história da civilização humana apresenta vários exemplos de experimentos que denotam a vontade do homem em refazer os espaços herdados e esculpir novas lógicas para a realização da vida em sociedade, da vida urbana. Experiências que, de modo geral, levaram o homem a alterar o território e a paisagem, com a supressão de ecossistemas nativos, de raros exemplares da biodiversidade, de áreas úmidas e florestadas e até de campos agriculturáveis – todos essenciais à sustentabilidade (Herzog, 2013, p.50) –, para favorecer o desenvolvimento econômico e a urbanização.

Com a transformação de paisagens urbanas e rurais, levando a grandes migrações populacionais em busca de melhores condições de vida, as cidades cresceram e se tornaram subprodutos do progresso técnico e tecnológico das sociedades. A expansão indiscriminada de áreas urbanas, sem um prévio planejamento urbano e ambiental, conduziu à concentração de pessoas e objetos humanos em malhas desiguais e subdimensionadas. Ao final do século XIX, as cidades foram estigmatizadas como locais degradados, insalubres e de baixa qualidade de vida. Para Herzog (2013, p.48), a formação de importantes propostas do planejamento urbano

² Ver projetos como: Brooklyn Grange Farm, Hell's Kitchen Farm e Bushwick Campus Farm.

nesse mesmo período, indica a demanda das sociedades por uma melhor qualidade de vida nas cidades do início do século XX.

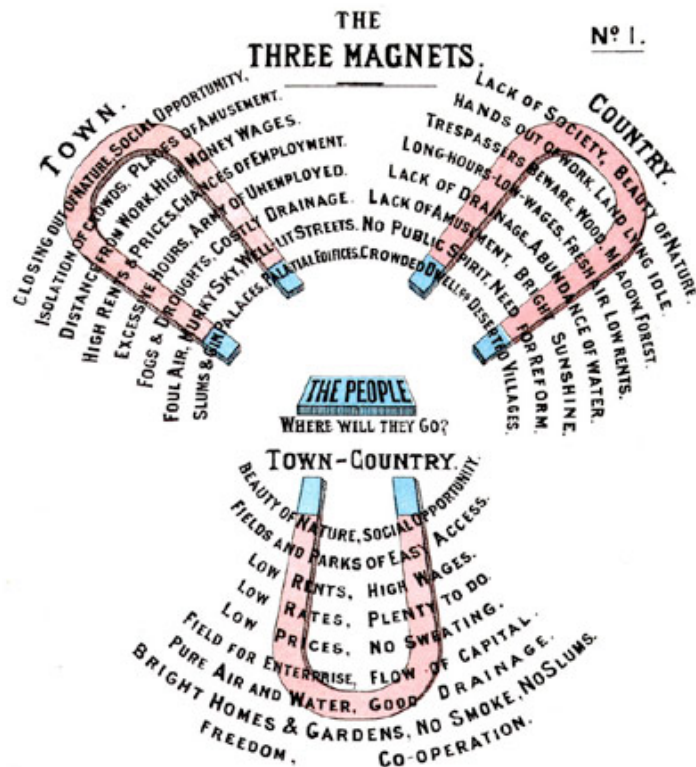
Algumas dessas propostas, na tentativa de atenuar o caráter negativo das cidades, sugeriram uma maior ênfase dos elementos da natureza no meio urbano. Propondo que áreas verdes, por exemplo, como parques, jardins e passeios arborizados, passassem a integrar um conjunto de elementos para amenizar os processos da industrialização e da urbanização. Eram propostas, em sua essência, de paisagismo e embelezamento da cidade, mas que acabaram por trazer para o planejamento urbano importantes considerações sobre a qualidade do ambiente e sobre os benefícios (para a vida humana) de se aproximar o homem da natureza. Os conceitos lançados por Ebenezer Howard, em 1898³ (1902), para a concepção de sua *cidade-jardim*, merecem ser destacados justamente nesse sentido.

As propostas de Howard possuem, em princípio, duas importantes referências: sua insatisfação com as condições de vida dos pobres na metrópole do século XIX, que ressaltava sua frustração com os erros e os equívocos da cidade industrial, chamando-a, segundo Jacobs (2000, p.18), de “desgraça completa” e de “afronta à natureza”; e sua admiração por algumas experiências pré-urbanistas para a implantação de comunidades auto-organizadas, que tinham a intenção de promover a qualidade de vida dos operários industriais e, com isso, aumentar a sua produtividade. Ambas as referências demonstram a preocupação socioeconômica realista de Howard e os descontentamentos que o levaram a romper com as tradições urbanísticas e a criar um conceito de cidade modular, que não enxergava o urbano como um processo, mas sim como um objeto reproduzível.

Howard, no entanto, não estava preocupado apenas com os aspectos espaciais da *urbe* – aliás, fez questão de informar que suas ideias eram esquemáticas, sem compromisso formal, e que os desenhos só poderiam ser feitos após a escolha do local – e incluía em suas propostas os aspectos sociais e ambientais a ela relacionados. Propôs um engendrado esquema para a criação de pequenas cidades ou comunidades autônomas, fundamentadas no equilíbrio ideal entre a cidade e o campo, ou seja, a partir das qualidades de cada um, somadas em um único ambiente. Era disso que tratava o famoso diagrama dos *três irmãos*.

³ A primeira versão de Howard para a cidade-jardim é de 1898, do livro original *To-morrow: a Peaceful Path to Real Reform*. A obra publicada em 1902, *Garden Cities of To-morrow*, é uma versão revisada e editada do livro original, que teria provocado, inclusive, perda de conteúdo.

Diagrama dos Três Ímãs (Architizer, 2012).



Nele Howard indicava as atratividades da cidade-jardim: o lado do bom da cidade e do campo e o conceito ideal da cidade-campo (*town-country*) como resultado.

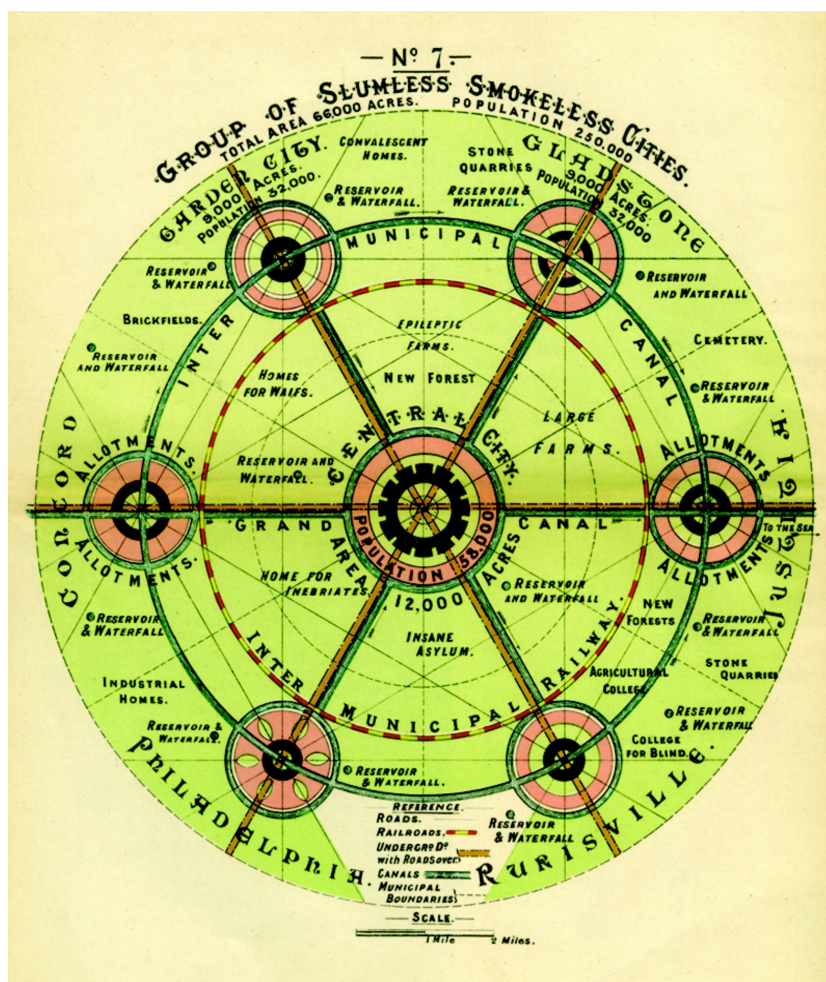
A cidade-jardim era uma resposta de Howard para o impasse entre o progresso da civilização e os problemas das grandes cidades, combatendo a miséria e a precariedade das cidades industriais, dentre outros aspectos, com qualidade de vida e conforto paisagístico. Sua intenção não era fomentar a expansão urbana dispersa ou a proliferação dos *subúrbios-jardim* (como ficou marcado), mas inaugurar um conceito novo de organização espacial, pautado em comunidades sequenciais, que combinavam o campo e a cidade, em proporções e dimensões controladas. A cidade-jardim era uma espécie de núcleo urbano-rural, capaz de abrigar com conforto 32 mil habitantes, sendo 30 mil na zona urbana (400 hectares) e 2 mil na zona rural (2 mil hectares). A zona urbana ficaria no centro e a zona rural, por sua vez, iria compor um cinturão verde multifuncional. Esse cinturão, a priori, deveria atuar como amortecimento das áreas urbanas, conter o crescimento populacional, abrigar equipamentos de uso coletivo e servir para a produção dos alimentos destinados às cidades-jardim. Desse modo, Howard não aproximava apenas conceitualmente o campo e a cidade, mas também fisicamente.

A essência de sua proposta, no entanto, não era a cidade-jardim propriamente dita, pois ela fazia parte de um todo maior. Segundo Hall (2005, p.109), “a crescente transferência de pessoas para o lugar faria com que a cidade-jardim atingisse o limite planejado; e então começar-se-ia outra, a pouca distância dali”. As cidades-jardim, por sua vez, não poderiam ser

dispostas de modo aleatório ou infinito e deveriam ser organizadas em torno de uma *cidade-central*: um núcleo cultural e dedicado às edificações maiores (como indústrias e empresas), com capacidade para 58 mil habitantes. As cidades-jardim, com isso, passavam a fazer parte de um conglomerado planejado – esse sim – concebido para permitir futuras expansões e para proporcionar as mesmas oportunidades sociais e econômicas das grandes cidades. Hall (2005, p.109) afirmava ainda que:

Howard deu a essa visão policêntrica o nome de cidade social. E porque o diagrama apareceu truncado na segunda edição e nas subsequentes, não puderam os leitores compreender que esse conglomerado de cidades-jardim, e não a cidade-jardim individualizada, é que constituía a realização física da cidade-campo: o terceiro imã.

Diagrama da cidade-social (Architizer, 2012).



As cidades-jardim servem de campos abertos de moradias, empregos e serviços, “sem favelas e sem fumaça”, interligados entre si e com a cidade-central através de rápidos sistemas de transportes, como ferrovias e vias expressas.

É a cidade social, portanto, que aparece como a verdadeira *cidade-campo*, a utopia máxima de Howard para o século XX, “concebida como alternativa à cidade e como solução

para os problemas urbanos; esse foi, e ainda é o alicerce de seu imenso poder como conceito de planejamento urbano” (Jacobs, 2000, p.17). A visão utópica de Howard era uma resposta à insalubridade, à pobreza e à poluição das cidades do século XIX, e continha preocupações realistas para a construção de um modelo de assentamento autossuficiente (ou poderíamos dizer sustentável?) e dedicado à qualidade de vida de sua população.

Howard dividia com Frederick L. Olmsted, pioneiro do planejamento ecológico, a ideia de que “a saúde física e mental das pessoas estava relacionada com a possibilidade de desfrutar a natureza diretamente” (Herzog, 2013, p.43). Por conta disso, sua proposta previa um maior envolvimento com os fatores sociais e ambientais associados à construção da *urbe*. Para Howard, era o caráter híbrido de sua tipologia que iria atrair as pessoas (como um ímã). Ao combinar vantagens e oportunidades da vida urbana, com a beleza e os prazeres do campo, Howard criou a *visão seminal da cidade-campo*. Um modelo de cidade agradável e funcional, com importantes critérios sustentáveis, concebido como estratégia de planejamento regional e que visava à criação de ambientes voltados para o bem-estar.

Suas propostas, no entanto, nunca foram executadas de forma plena e o que se viu reproduzido em larga escala durante o século XX, sobre os títulos de *cidades-jardim*, *bairros-jardim* ou *subúrbios-jardim*, são, na verdade, arremedos do seu plano original. Planos parciais e incompletos, que incentivaram a urbanização dispersa, com baixa densidade, alto impacto ambiental e intervenções, prioritariamente, voltadas para a elite. Os efeitos da suburbanização, da formação de bairros periféricos, segregados, com praças e ruas sem saída, puderam ser sentidos em todo o mundo (mas tiveram maior intensidade nos EUA). Levando a construção de condomínios monofuncionais, sem infraestrutura econômica e preocupações ecológicas, no entorno das grandes cidades, e fazendo da cidade-jardim um sinônimo de projeto destinado a vender a qualidade de vida.

Apesar desses resultados, a cidade-jardim trouxe à baila dois importantes debates: um que trata das correlações entre a paisagem, a qualidade ambiental e a construção do bem-estar social; e outro que questiona as diferentes possibilidades de pequenas e grandes cidades favorecerem a qualidade de vida e a sustentabilidade urbana. Críticas à parte, Howard teve seus méritos ao considerar a mistura de classes sociais, a importância do campo e da cidade, o desenvolvimento econômico local, o cooperativismo, o senso comunitário, o bem-estar e o desenho da paisagem, dentre outros aspectos, no escopo do planejamento urbano. Algo que, dessa mesma maneira, não costuma aparecer nas propostas contemporâneas para as cidades sustentáveis.

Cidades sustentáveis e ecológicas – o artificial natural.

O âmago desse conceito de desenvolvimento sustentável está na redefinição de riqueza para incluir o capital natural: ar limpo, água potável, camada de ozônio efetiva, mar sem poluição, terra fértil e abundante diversidade de espécies. [...] O objetivo final do desenvolvimento econômico sustentável é deixar para as futuras gerações uma reserva de capital natural igual ou maior que nossa própria herança (Rogers, 2001, p.5).

O crescimento acelerado das cidades e a grave crise ambiental fizeram com que os discursos ambientalistas ganhassem força na luta pela conscientização das sociedades acerca dos danos causados pelo homem à natureza e ao clima do planeta. Desde a década de 1970, tem havido um constante aumento na divulgação dos ideais da sustentabilidade e na inclusão de seus preceitos na construção de novos espaços humanos, dando origem a diversos tipos de projetos para as cidades e ajudando a incorporar novas alternativas no combate aos danos e impactos ambientais do meio urbano.

Embasados no desenvolvimento sustentável, os projetos sustentáveis e ecológicos (ou *ecossustentáveis*⁴) propõem a utilização dos avanços técnicos e tecnológicos na produção de espaços e objetos mais eficientes, tentando se aproximar, ao máximo, da autossuficiência e oferecendo meios para satisfazer as necessidades da atual geração, sem comprometer a vida futura no planeta. De modo geral, são propostas que se preocupam com a ecologia e com a integração dos sistemas humanos e naturais, e que procuram favorecer a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente, permitindo a inserção da biodiversidade no meio urbano e em todos os lugares possíveis (Herzog, 2013, p.107).

Concebidas de modo ideal, essas propostas poderiam ajudar a solucionar muitos dos problemas urbano-ambientais hoje existentes. No entanto, importantes divergências entre os discursos e a prática da sustentabilidade impedem que isso aconteça. Com o aumento das cidades, os avanços da indústria, dos meios de comunicação, dos sistemas de transportes e da produção agricultura, novos conflitos foram incorporados à relação do homem com seu meio. O progresso, de promotor de riqueza, passou a causador de impactos ambientais. A produção do espaço urbano, por sua vez, passou a seguir os interesses econômicos do desenvolvimento e, com isso, as cidades – assim como os demais produtos humanos – foram transformadas em mercadoria. A sustentabilidade, nesse contexto, passou a atender aos interesses capitalistas, dificultando a utilização justa (social) e adequada (ambiental) dos seus preceitos.

⁴ Propostas para manter ou conservar o equilíbrio ecológico e, simultaneamente, permitir o desenvolvimento sustentável das sociedades humanas.

Ao servir ao mercado imobiliário, a ecologia e a sustentabilidade acabam sendo direcionadas para um público específico, normalmente caracterizado pelas elites. Como esses conceitos trazem um diferencial – um apelo ambientalista⁵ –, eles acabam agregando também maior valor de troca aos empreendimentos ecológicos e sustentáveis, e isso atrai a atenção de investidores e especuladores do solo urbano. Ao voltar seus interesses apenas para o lucro, os empreendedores não consideram os impactos sociais e ambientais de suas propostas e, com isso, criam produtos paradoxais, que utilizam a boa imagem desses conceitos, para promover ou agravar conflitos urbano-ambientais.

Uma intervenção na periferia de Abu Dhabi, capital e maior de todos os Emirados Árabes Unidos (Oriente Médio), pode ajudar a elucidar melhor essa apropriação comercial da sustentabilidade. Projeto do renomado arquiteto Norman Foster, o empreendimento recebeu o nome de *Masdar City* (Cidade-fonte, em livre tradução) e está sendo considerado o primeiro projeto para uma cidade totalmente sustentável, no mundo. Situada como um condomínio, ou bairro restrito, em meio à uma paisagem quase desértica, *Masdar City* foi concebida para receber um instituto de ciência e tecnologia e uma série de outras empresas privadas, que têm a função de manter a economia e o atrativo social do empreendimento (Masdar, 2012).

Quando estiver concluída, por volta de 2025, *Masdar City* poderá receber cerca de 50 mil habitantes, que devem morar e também trabalhar no local. A cidade será abastecida por energia limpa, obtida a partir de fontes renováveis (como painéis solares), terá baixo consumo de água e será livre das emissões de carbono, dentre outros aspectos, por ter um sistema de transportes inteligente e inovador. O PRT (*Personal Rapid Transit*) ou *podcar*, como tem sido chamado, é sistema inteiramente público, baseado em veículos sem condutores, para poucos passageiros (de três a seis) e que circulam por meio de trilhos magnéticos. Os automóveis e demais veículos convencionais, à combustão, não poderão trafegar na cidade, que terá ainda ruas estreitas e curtas (70 metros, em média), para valorizar a caminhada e o uso da bicicleta.

⁵ O *marketing ambiental* entende que as pessoas com “consciência ecológica” (cientes das consequências de suas ações) dão preferência aos produtos que promovem baixos danos ou impactos ambientais.

Masdar City (Masdar, 2012).

[1] Bairro isolado, sem integração ou conexão com suas bordas e entorno; [2] espaços “públicos” qualificados e ornamentados; [3] o conceito *podcar*; e [4] a fazenda de painéis solares já em funcionamento.

Para facilitar a identificação das novas estruturas e atrair a população, o projeto incorporou valores da cultura local em sua arquitetura e remanescentes da vegetação local em suas propostas paisagísticas. Para atenuar os impactos ambientais, dar eficiência a objetos e estruturas do meio urbano, e oferecer qualidade de vida aos habitantes, foram empregadas as mais avançadas técnicas e tecnologias da engenharia e da arquitetura. Tudo em *Masdar City* está voltado para o conforto e para o bem-estar, um objetivo facilitado, de certo modo, pelo fato de seus futuros moradores possuírem níveis de rendimento muito semelhantes.

Masdar City está sendo vendida como a nova *cidade-jardim*, como um *módulo* a ser infinitamente reproduzido e como um projeto capaz de provar que a cidade sustentável é uma utopia possível. No entanto, ela é também mais um dos megaempreendimentos de luxo elaborados para milionários dos Emirados Árabes, que não traz políticas de integração social e se baseia em equipamentos públicos de alta qualidade e em prédios caros e luxuosos. Como agravado, o projeto tem sido rotulado como uma brilhante estratégia de *marketing* do governo local, que vem tentando ofuscar os verdadeiros impactos do seu modelo de desenvolvimento econômico, que é totalmente baseado na exploração do petróleo.

Para esses empreendimentos, a sustentabilidade é mais do que uma justificativa e pode trazer também economia de capital. Em *Masdar City*, os recursos financeiros para a sua execução provêm, em grande parte, de empresas privadas. O governo local, que idealizou o projeto, vai dispor de apenas um quarto do investimento total e ainda poderá recuperar o que investiu com a venda de créditos de carbono ao final do processo. Exemplos como esse, que fazem uso da boa imagem da sustentabilidade para favorecer e justificar o consumo de lugares e paisagens, ressaltam a diferença entre o discurso e a prática da sustentabilidade, entre ter a preservação da vida ou os interesses econômicos como principal premissa.

É preciso lembrar, no entanto, que o urbanismo *ecossustentável* é essencial para a manutenção da vida e para o bem-estar humano (Herzog, 2013). Precisamos, urgentemente, de estratégias de ecologia urbana que situem a cidade como um ambiente construído e como fonte de recursos – e não apenas como um usuário de recursos naturais. As cidades, segundo Rueda (2000), devem ser percebidas como ecossistemas interdependentes de outros sistemas que constituem seu entorno, formando uma unidade íntima “cidade-entorno”. Se as propostas ecológicas e sustentáveis puderem abranger as dinâmicas ecossistêmicas do meio urbano, elas estarão contribuindo também para o seu maior propósito: que é o de proporcionar o bem-estar coletivo e individual da população. Propósito no qual, inclusive, a *Cidade-lenta* se destaca.

A Cidade-lenta (*Cittaslow*) e o retorno ao campo.

Hoje a paisagem urbana é globalizada e homogênea, com edificações em vidro e estruturas metálicas, parques e demais espaços públicos, tudo ao gosto internacional, inseridos sempre de mesmo modo em qualquer lugar e sem a menor relação com a cultura local. Quanto mais as cidades procuram se distinguir – se destacar a partir de renovações e intervenções estéticas e espaciais – mais elas se parecem (Herzog, 2013, p.66).

O Movimento das Cidades-lentas (*Cittaslow*) é uma iniciativa que, abraçando a tendência de outras recentes manifestações sociais, luta por melhores condições de vida nas cidades, combatendo modelos urbanos e modos de vida que causam graves impactos culturais e ambientais, e favorecem apenas aos interesses econômicos e às políticas de globalização que acompanham o desenvolvimento. Sua argumentação segue, não por acaso, o debate iniciado pelo *Slow-food*, um movimento que critica o padrão de vida, de alimentação e de consumo da sociedade contemporânea. O *Slow-food*, em síntese, é uma iniciativa dedicada a proteger a identidade e a cultura gastronômica local, opondo-se à “padronização do gosto” e atacando diretamente um dos maiores ícones do consumismo: as redes de *fast-food*.

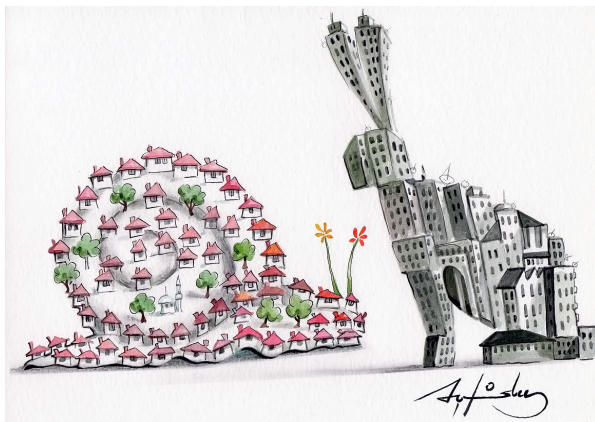
Fundado em 1986, na Itália, pelo jornalista e crítico gastronômico Carlo Petrini, o *Slow-food* se apresenta como um manifesto contra a industrialização, a economia global e o consumo irresponsável e desenfreado. Nasceu em virtude de um protesto contra a abertura de uma lanchonete McDonalds ao lado da *Piazza di Spagna*, no centro histórico de Roma. Tem como objetivo tentar evitar os efeitos socioculturais da globalização, prestigiando a comida e os produtos locais, protegendo o “direito de provar”, valorizando a boa alimentação e o prazer de comer, e incentivando um ritmo de vida “lento” – mais atento aos prazeres da vida e ao bem-estar (Mayer; Knox, 2006, p.326).

Atualmente o *Slow-food* tem alcance internacional – com representação inclusive no Brasil – e está associado a uma série de outras iniciativas em favor da boa alimentação (de benefícios obtidos através do consumo de alimentos frescos, produzidos artesanalmente, com respeito ao meio e à vida animal) e da boa vida. Seus adeptos procuram reduzir os impactos socioambientais da produção e, para isso, incentivam o desenvolvimento econômico local, se opondo ao global (Slow-food, 2004). O *Cittaslow*, por sua vez, converge com o *Slow-food*, principalmente, por valorizar a cultura local e incentivar a “desaceleração” da vida cotidiana para obter bem-estar social.

Preocupado com os efeitos da globalização na cultura local, Paolo Saturnini, então prefeito da pequena cidade de Greve in Chianti (na Toscana, Itália), reuniu prefeitos de outros três municípios de mesmo porte (Orvieto, Bra e Positano), em um encontro que, ao expandir os preceitos do *Slow-food* para as cidades, definiu (em 1999) os atributos das cidades-lentas (Knox, 2005, p.6). O *Cittaslow*, portanto, nasceu para fomentar a preservação das ambiências calmas, dos baixos índices de poluição e de outras inúmeras características das pequenas e tradicionais comunidades urbano-rurais italianas. Para isso, procura valorizar a qualidade, no lugar da quantidade, e o desenvolvimento local, vinculando suas propostas ao território, ao meio ambiente e à cultura local.

O *Cittaslow* é um movimento que luta pela qualidade de vida dos cidadãos e pela sustentabilidade (social, econômica e ambiental) das pequenas comunidades. Compreende que o campo pode ser, ao mesmo tempo, a principal fonte de sustento do assentamento e também a base para a sua estruturação social e econômica. Incentiva o protagonismo comunitário e o convívio social, preserva práticas artesanais e tradições, e dá valor às paisagens bucólicas e às relações com a terra, com o território, pensando sempre no bem-estar e na sustentabilidade das cidades. Com isso, estabelece alternativas para o crescimento sustentável, promovendo – ideologicamente – uma espécie de *retorno ao campo*.

Ícone e charges do *Cittaslow* (Cittaslow, 2011).



- [1] Herdou não só os princípios, mas também o logotipo do *Slow-food*, colocando casinhas nas costas do caracol.
 [2] e [3] Em suas charges, valorizam as qualidades de uma cidade-lenta e se opõem à lógica das grandes cidades.

O *Cittaslow* se destaca, portanto, em dois pontos cruciais ao debate. Primeiro, por considerar cidades existentes, com relações sociais, territoriais e econômicas já consolidadas, e por não se preocupar em conceber um modelo de cidade ideal, que pressupõe uma sociedade também ideal. E depois, porque pensa a sustentabilidade em uma acepção ampla, que envolve aspectos sociais, econômicos e ambientais de forma conjunta, com diretrizes que se ajustam à realidade local e com propostas de baixo custo, que respeitam a biodiversidade e a identidade cultural, sem ser socialmente excludente ou precisar de caros aparatos tecnológicos para ser eficiente. É um movimento que, segundo sua própria definição, incentiva o desenvolvimento local, o habitat saudável e a integração urbano-rural – priorizando, em seus processos, as pessoas e a natureza (Cittaslow, 2011).

Atualmente, está estruturado como uma organização não governamental e atua em diversos países da Europa, América do Norte e Ásia. Sua filosofia está organizada em um estatuto próprio, que contém as práticas e políticas a serem implementadas – e constantemente aprimoradas – pelas cidades que desejam ser “lentas”. Suas diretrizes, no entanto, voltam-se para a escala municipal e são restritas a cidades com, no máximo, 50 mil habitantes. Para o

fundador do movimento, Paolo Saturnini, as cidades pequenas favorecem o estilo de vida do *Cittaslow*, porque necessitam apenas preservar – paisagens, espaços, relações e tradições – para manter a qualidade, enquanto as cidades grandes, por terem um crescimento urbano mais “avançado” e possuírem “mais de uma alma”, precisam revolucionar (Ruschel, 2012).

O *Cittaslow*, apesar de não ignorar o uso de tecnologias ecoeficientes, procura ir além do que esses produtos podem oferecer, ressaltando a importância da diversidade cultural e ambiental para a formação de ambientes sustentáveis e voltados para o bem-estar. Com isso, convida as pessoas a adotar um ritmo de vida menos intenso e a recuperar seu vínculo com a terra, com o território. Percebe o homem do campo como o verdadeiro homem desenvolvido, capaz de compreender e participar dos diversos ciclos da vida, e a terra – que dá sentido e identidade ao homem – como algo a ser valorizado.

No entanto, inaugura também algumas importantes questões, ao deixar no ar, por exemplo, as relações ecossistêmicas do meio urbano e a sustentabilidade das metrópoles e das grandes cidades. Será que essas áreas não influenciam nas relações regionais da cidade-lenta? Será que as grandes áreas urbanizadas estão fadadas à insustentabilidade? Por outro lado, se aceitarmos a cidade-lenta como a solução dos problemas urbano-ambientais, não estaremos incentivando a proliferação das cidades pequenas, de inúmeras estruturas a serem dispostas de modo disperso pelo território? E esse tipo de ocupação, não provoca impactos urbanos, sociais e ambientais? Enfim, debates que ainda precisam ser mais aprofundados.

Considerações Finais – levando o campo para a cidade.

Não temos tempo a perder para conjurar a ameaça das mudanças climáticas e das consequências deletérias e irreversíveis. A redução das emissões de gás de efeito estufa, previsto pelo protocolo de Kyoto, representa um décimo do esforço que seria preciso fazer nos próximos decênios para sustar o aquecimento do nosso planeta (Sachs, 2007, p.255).

A Cidade-jardim, a cidade ideal de Howard, com indústria e comércio integrados às casas, aos jardins e às fazendas, se destaca pelo pioneirismo de propor, no início do século XX, um maior convívio do homem com os elementos da natureza, como forma de obter bem-estar e qualidade de vida. Tangenciou a sustentabilidade, ao se preocupar com a eficiência e o controle demográfico do assentamento, inserindo áreas verdes multifuncionais no entorno das zonas urbanas. Seus preceitos, no entanto, foram incorporados ao processo de suburbanização e favoreceram a gentrificação, a fragmentação espacial e a utilização da natureza apenas para embelezamento.

Cidades sustentáveis, por sua vez, acreditam que a técnica e a tecnologia podem superar as dificuldades de interação do homem com seu meio. Por isso, se dedicam mais a dar eficiência aos produtos humanos e não se ocupam com as relações territoriais e de sustento do assentamento. Como resultado, seus produtos se tornam ecoeficientes, mas também utilizam a boa imagem da sustentabilidade para justificar sua inserção em áreas de relevante interesse ambiental, promovendo a exclusão social, a fragmentação espacial e, assim como a *cidade-jardim*, a acentuação de diversos impactos ambientais.

As cidades-lentas, por outro lado, demonstram que para criar cidades sustentáveis é preciso considerar também os modos de vida. Para isso, o espaço urbano deve ser capaz de facilitar as rotinas e as experiências sociais, considerando (além do respeito pelo meio) o bem-estar, a justiça e os valores culturais em sua formação. Enquanto a cidade sustentável busca promover qualidade de vida a partir da “sustentabilidade”, a cidade-lenta tenta ser sustentável através da valorização da vida. Destaca-se também por considerar cidades (e relações) reais e por não pressupor cidades ou sociedades ideais. Mas apresenta limitações ao se restringir às cidades pequenas, deixando de fora as grandes aglomerações.

O caminho para a transição das cidades, para o crescimento sustentável, portanto, passa por novas formas de pensar o campo e a cidade, de perceber e estabelecer relações que podem dar sustento e qualidade de vida às sociedades. A utopia sustentável, por sua vez, não parecer estar no campo, nem na cidade, ao menos não de modo isolado. Apesar das cidades-lentas chamarem as pessoas “de volta” para o campo, existem hoje inúmeras outras iniciativas que caminham justamente no sentido contrário, levando um pouco do campo e de qualidade de vida para as grandes cidades. Casos, como o das fazendas urbanas de *New York*, citado no início do artigo, e outros ressaltados por Herzog (2013), que envolvem a renaturalização de recursos naturais em áreas urbanas e a recuperação da infraestrutura verde do meio urbano⁶, tentam provar que o adensamento e a concentração das áreas urbanas podem ser favoráveis à sustentabilidade, pois diminuem gastos com serviços e infraestrutura e minimizam a ocupação do solo, por exemplo.

O fato é que as cidades (pequenas ou grandes) só devem crescer sustentavelmente se esse for um objetivo real das sociedades. Para Rogers (2001), a mão invisível do mercado não é uma força natural e pode ser combatida, as cidades são sistemas privilegiados e com alta

⁶ A infraestrutura verde corresponde à soma dos fragmentos permeáveis e vegetados das zonas urbanas. Para Herzog (2013), a reparação dos sistemas naturais, hoje invisíveis nas cidades, pode criar vibrantes sistemas antropogênicos capazes de orientar o desenvolvimento urbano sustentável.

capacidade de se adaptar e se reinventar, e a sociedade, por fim, possui conhecimento e meios suficientes para encaminhar a transição das cidades, para integrar a natureza ao meio urbano, tornando-o um ambiente favorável à fruição da vida e à preservação ambiental. O sucesso das propostas, no entanto, depende da vontade da sociedade. As cidades corporificam a sociedade e, por isso, sua forma segue os seus objetivos. Os problemas urbano-ambientais “[...] não são o resultado de um desenvolvimento tecnológico excessivo, mas de uma excessiva aplicação equivocada” (Ibidem, p.22), o que ratifica o próprio homem, com a sua maior esperança.

Referências Bibliográficas

Architizer 2012. *Historic Diagrams That Shaped The Modern City* [Online]. New York: Architizer. Disponível em <<http://architizer.com/>> [Acesso em 15 junho 2014].

Capra, F. 2006. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In: Stone, M. K. & Barlow, Z. 2006. *Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo, Cultrix.

Cittaslow 2011. *Cittaslow Association* [Online]. Orvieto: Cittaslow International. Disponível em <<http://www.cittaslow.org/>> [Acesso em 10 abril 2014].

Hall, P. 2005. *Cidades do Amanhã*. São Paulo, Perspectiva.

Herzog, C. P. 2013. *Cidades para Todos: (re)aprendendo a conviver com a Natureza*. São Paulo, Mauad.

Howard, E. 1946 (1902). *Garden Cities of To-morrow*. London, Faber and Faber.

Jacobs, J. 2000. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes.

Knox, P. L. 2005. Creating Ordinary Places: Slow Cities in a Fast World. *Journal of Urban Design*, Vol. 10, No.1, 1-11.

Masdar 2012. *Masdar City* [Online]. Abu Dhabi: Masdar Corporate. Disponível em <<http://www.masdarcity.ae>> [Acesso em 15 julho 2014].

Mayer, H. & Knox, P. L. 2006. Slow Cities: Sustainable Places in a Fast World. *Journal of Urban Affairs*, Vol. 28, No.4, 321-334.

Mumford, L. 1998. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes.

Rogers, R. 2001. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona, Gustavo Gilli.

Rueda, S. 2000. *Modelos de ciudad: indicadores básicos. Las escalas de la sostenibilidad*. Quaderns D'Arquitectura e Urbanismo. Barcelona, Collegio D'Arquitectos de Catalunya.

Ruschel, R. 2012. *Cittaslow: a revolução urbana que respeita a alma* [Online]. Florença: Envolverde. Disponível em <<http://envolverde.com.br/economia/>> [Acesso em 10 abril 2014].

Sachs, I. 1986. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.

Sachs, I. 2009. *A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo, Companhia das Letras.

Slow-food 2004. *About us* [Online]. Bra: Slow-food International. Disponível em <<http://www.slowfood.com/>> [Acessado em 20 maio 2014].